



**RATIO – FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

SANDRA HELENA CARNEIRO BARROSO

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O PAPEL DO CENTRO POP  
BENFICA NA INCLUSÃO SOCIAL**

Fortaleza - CE

2018

# POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O PAPEL DO CENTRO POP BENFICA NA INCLUSÃO SOCIAL

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof. (a) Virzângela Paula Sandy Menezes

Fortaleza - CE

2018

SANDRA HELENA CARNEIRO BARROSO

# POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O PAPEL DO CENTRO POP BENFICA NA INCLUSÃO SOCIAL

Monografia como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social, outorgado pela Faculdade Teológica Ratio, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores.

Data de aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

## BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Virzângela Paula Sandy Menezes  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Rosa Ângela de Brito Falcão

---

Prof.<sup>a</sup> Esp. Francisca Emmanuella Saraiva Martins

Fortaleza – CE em \_\_\_ de junho de 2018

## DEDICATÓRIA

Dedico a todos os meus mestres da Faculdade Ratio que contribuíram para o meu aprendizado profissional e engrandecimento pessoal e a todas as pessoas que vivem em situação de rua.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que sempre esteve comigo, sem me deixar desistir dos meus objetivos desde o primeiro instante em que entrei na faculdade. Sei que sem Ele eu não teria conseguido

chegar a lugar nenhum, se tive forças para seguir em frente foi devido a mão de Deus segurar a minha sempre. Tudo o que sou e que tenho devo em primeiro lugar a Deus. Muito obrigada, Pai altíssimo! Eu consegui me formar graças ao Teu grande amor por mim.

Aos meus pais Manoel Carneiro Mendes (*in memoriam*) e Maria Deuzirêr Barroso Mendes, que se esforçaram para educar nove filhos em tempos muito difíceis. Lembro-me muito bem da minha mãe tendo que madrugar nas filas para bater nossas radiografias dos pulmões na Escola de Marinheiros do Ceará, pois na época as escolas exigiam este exame nas matrículas das escolas municipais e estaduais. Lembro-me ainda do meu pai e da minha mãe conversando sobre estudos e diziam: “Nós não temos muito estudo, mas eles vão ter, se Deus quiser!”. Foi devido a estas promessas que vocês fizeram a Deus que hoje estou aqui, formada em Serviço Social. Muito obrigada pai e mãe, vocês sempre serão meu maior exemplo de amor e fé.

Agradeço às minhas filhas, Marcela, Bruna, Bárbara e Jéssyca, que tiveram muita paciência comigo ao me ensinarem muitas coisas que eu não conseguia fazer no computador (meu Deus, como eu as perturbei), desde as aulas de Pesquisa 1, mas deu certo, meninas! Valeu demais! Em especial à Marcela, minha filha primogênita, que mesmo tendo acabado de ganhar meu lindo netinho Gabriel, se desdobrava entre uma mamada e outra, digitando e formatando boa parte do meu trabalho, sei o quanto foi duro para ela. Muito obrigada, filha! E aos meus genros: David, Diego, Rodrigo e Júnior, que também muito me incentivaram e me ajudaram de várias formas na realização desta pesquisa. Agradeço a Deus por ter esta linda família sempre comigo me dando apoio em tudo o que faço.

Agradeço a todos os meus professores e mestres da Faculdade Ratio, que no decorrer desta minha jornada de formação sempre estiveram atentos, repassando todos os conhecimentos gerais e específicos da área de Serviço Social, de forma clara e objetiva para que eu pudesse me tornar uma ótima profissional. Serei eternamente grata a todos vocês. Agradeço a minha querida orientadora Profa. Ms. Virsângela Sandy, que mesmo com tantas tarefas e trabalhos a cumprir, dedicou parte do seu tempo a mim, me incentivando a fazer um trabalho bem feito e me mostrando os caminhos para realizar uma boa pesquisa com calma e paciência. Agradeço também a minha querida Profa. Emanuella e Prof. Ms. Rosa Ângela, que além de serem minhas professoras na faculdade, aceitaram participar da minha banca. Me sinto honrada com a participação de vocês. Obrigada de coração!

Agradeço finalmente a todos os profissionais e usuários do Centro POP, pelo acolhimento e carinho que me deram durante esta pesquisa. Todos foram fundamentais para a realização deste estudo. Muito obrigada!

## RESUMO

De acordo com dados elaborados pela Secretaria Municipal de Trabalho Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA), no ano de 2014, havia cerca de mil setecentas e dezoito pessoas em situação de rua na capital cearense. Considerando esse contexto, esta pesquisa teve como objetivo geral compreender como se dá atuação do Centro POP do bairro Benfica, em Fortaleza, junto à população em situação de rua, tendo ainda como objetivos específicos: entender como os usuários do Centro POP Benfica passaram a viver em situação de rua e identificar como é o cotidiano dos usuários, bem como aprender como é o funcionamento do Centro POP, a partir dos relatos da equipe multiprofissional. Para a realização deste estudo foi utilizada uma pesquisa de natureza qualitativa com pesquisa bibliográfica e também uma pesquisa de campo. A coleta de dados foi feita por meio de entrevista semiestruturada com perguntas específicas tanto para os usuários, quanto para a equipe multiprofissional do Centro POP Benfica. O resultado desta pesquisa revelou que, dos muitos motivos que levaram essa população a viverem nas ruas, o rompimento de vínculos com a família e a dependência química são os mais frequentes. Através da pesquisa de campo, sobretudo das observações, foi possível perceber que as políticas públicas direcionadas a este público ainda deixam a desejar, não reconhecendo em plenitude estes usuários enquanto sujeitos de direito.

**Palavras-Chave:** Exclusão Social. Pessoas em Situação de Rua. Políticas Públicas. Centro POP

## ABSTRACT

According to data prepared by the Municipal Department of Social Development and Fight Against Hunger (SETRA), in 2014, there were about 1,700 people in a street situation in the capital of Ceará. Considering this context, this research had as general objective to understand how the POP Center of the Benfica neighborhood, in Fortaleza, works with the population in a street situation, with specific objectives: to understand how the users of the POP Benfica Center began to live in a street situation and identify how the users' daily life is, as well as to learn how the POP Center works, based on reports from the multiprofessional team. For the accomplishment of this study was used a research of qualitative nature with bibliographical research and also a field research. Data collection was done through a semi-structured interview with specific questions for both the users and the multi-professional staff of the POP Benfica Center. The result of this research revealed that, some of the many reasons that led this population to live on the streets, the breakdown of family ties and chemical dependency are the most frequent. Through the field research, especially the observations, it was possible to perceive that the public policies directed to this public still fail, not fully recognizing these users as subjects of law.

**Keywords:** Social Exclusion. People on the Street. Public policy. POP Center

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**Cad - único** – Cadastro Único

**CREAS-POP** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua

**CAPR** – Centro de Referência da População em Situação de Rua

**CNAS** – Conselho Nacional de Assistência Social

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social

**MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social

**MNPR** – Movimento Nacional População em Situação de Rua

**MPAS** – Ministério da Previdência e Assistência Social

**PMAPR** – Política Municipal de Atenção à População em Situação de Rua

**PSR** – População em Situação de Rua

**SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**SENAI** – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

**SEMAS** – Secretaria Municipal de Assistência Social

**SETRA** – Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**SNAS** – Secretaria Nacional de Assistência Social

**SUAS** – Sistema Único de Assistência Social

**STDS** – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

**PNAS** – Política Nacional de Assistência Social

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2. PERCURSO METODOLÓGICO DOS SUJEITOS DA PESQUISA</b>	<b>21</b>
2.1 A aproximação com o objeto:	21
2.2 A inserção em campo e os sujeitos pesquisados	23
<b>3. ALGUMAS DISCUSSÕES SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, EXCLUSÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS.</b>	<b>26</b>
3.1 População em situação de rua: quem são eles?	27
3.2 A trajetória dos direitos da PSR: lutas e movimentos	29
<b>4. A REALIDADE DOS USUÁRIOS DO CENTRO POP BENFICA: RELATOS DE PESQUISA DE CAMPO.</b>	<b>37</b>
4.1 O funcionamento do Centro POP Benfica	37
4.2 O cotidiano dos usuários do Centro Pop	40
4.3 Os sonhos e projetos de vida dos usuários do Centro POP	43
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICE A - Roteiro de entrevista (Usuários do Centro Pop)</b>	<b>55</b>
<b>APÊNDICE B - Roteiro de entrevista para a equipe (Profissionais do Centro pop)</b>	<b>56</b>
<b>ANEXO A – Ofício Para a Entrada em Campo</b>	<b>57</b>
<b>ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)</b>	<b>58</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Em um momento em que se discute a temática de Direitos Humanos, apresentamos esta pesquisa, construída com o intuito de fazer despertar consciência, iluminar caminhos e mobilizar a sociedade para a condição das pessoas que se encontram em situação de rua. Nesses cidadãos, que insistimos em querer não enxergar, residem sonhos, esperança, desejos, dignidade, caráter, afeto e amor. Não se quer aqui considerá-los vítimas, e sim alça-los à condição plena de cidadãos, com acesso à saúde, à moradia, à alimentação adequada e ao trabalho.

De acordo com a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, promovida pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, realizada em maio de 2016, a população em situação de rua é composta por pessoas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados com os seus familiares e a completa falta de habitação convencional regular. Por todos esses fatores, são forçados a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, em 2016, a violência doméstica, o desemprego, a dependência química e os problemas de saúde foram os principais fatores que levaram as pessoas à situação de rua.

Em pesquisa recente feita pelo IBGE, foi projetado que a população do país seja de 208,7 milhões de habitantes, distribuídos entre os 26 Estados do país e o Distrito Federal. O mesmo instituto estima a população do Ceará em 9,06 milhões de habitantes. Feito esse levantamento, devemos lembrar que, no meio dessas milhões de pessoas, existe uma parcela relevante, mas geralmente esquecida pela maioria, denominada “população em situação de rua”.

Na cidade de Fortaleza, a população estimada na pesquisa acima feita pelo IBGE, é de 2.627.482 pessoas, o que a mantém como a quinta maior cidade do Brasil. Os dados mais recentes disponibilizados pela prefeitura sobre a população em situação de rua de Fortaleza foram elaborados pela Secretaria Municipal de Trabalho Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA), no ano de 2014, havendo cerca de mil setecentos e dezoito pessoas em situação de rua na capital cearense. Destas, 80% são do sexo masculino, 42% foram morar na rua por rompimento de vínculo familiar, e 71% do total realizam atividade remunerada, trabalhando no mercado informal. Destes, 53,9% conseguem ganhar pouco mais de R\$100,00 por mês.

Em uma pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base em dados de 2015, projeta-se que o Brasil tem pouco mais de 100 mil pessoas vivendo nas ruas. Em *Discussão Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil* (2016), Natalino aponta que a maior concentração de indivíduos em situação de rua está nos grandes municípios. Das 101.854 pessoas em situação de rua no País, 40,1% estavam em municípios com mais de 900 mil habitantes e 77,02% habitavam municípios com mais de 100 mil pessoas. Já nos municípios menores, com até 10 mil habitantes, a porcentagem era bem menor: apenas 6,63%.

Em Fortaleza, de acordo com a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social e combate à Fome (SETRA), a população em situação de rua já pode ser inserida nos programas sociais, através do cadastro único, a partir do qual é possível fazer um cadastro e participar de vários programas com benefícios sociais, como Minha Casa, Minha Vida; Bolsa Família; Benefício de Prestação Continuada (BPC); e Aluguel Social, precisando os cidadãos apenas se encaixarem no perfil de cada benefício. Além desses benefícios, podem buscar os serviços que o Centro Pop oferece.

Uma grande conquista para este segmento populacional foi a Política para a Inclusão da População em Situação de Rua, implementada em maio de 2008; Lei nº 11.258/05, de 30 de dezembro de 2005, que altera a Lei Orgânica da Assistência Social obrigando os municípios a promoverem programas, a nível nacional, de combate à pobreza e transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa Família, que são formas de reproduzir os “mínimos sociais”.

Nesse sentido, o fenômeno população em situação de rua é uma expressão da questão social<sup>1</sup> que atinge pessoas de diferentes idades e com variados graus de instrução, que exercem ou exerceram alguma profissão, sendo que, por algum motivo em determinado momento de suas vidas, encontraram nas ruas uma forma de viver, sem se importarem com as condições de extrema pobreza nas quais se encontram. Ou seja, essa realidade atinge pessoas com particularidades diversas.

O agravamento da questão social divide a sociedade em classes, como analisa Yamamoto:

---

<sup>1</sup> Questão Social é o conjunto das expressões que definem as desigualdades da sociedade. Surgiu no século XIX, na Europa, com o objetivo de exigir a formulação de políticas sociais em benefício da classe operária, que estava em pobreza crescente.

A evolução da questão social apresenta duas faces indissociáveis: uma configurada pela situação objetiva da classe trabalhadora, dada historicamente, face às mudanças no modo de produzir e de apropriar o trabalho excedente como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classe (...); outra expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la, e agir sobre ela, propostas pelas diversas frações dominantes, apoiados no e pelo poder do Estado. (Iamamoto, 1982:79).

A autora compreende que a questão social manifesta através de suas múltiplas expressões, esse contexto de empobrecimento é resultado de uma profunda concentração de riqueza, que ocasiona um processo de negação dos direitos sociais arduamente conquistados na medida em que prospera a defesa de um “Estado mínimo”, este que minimiza as necessidades básicas, sociais, de proteção, nos mostrando ainda que a exclusão social não é apenas uma questão da sociedade contemporânea, mas que já existe como fruto da desigualdade social há séculos.

Essas expressões de desigualdade se produzem e reproduzem em vários âmbitos: social, político, econômico e cultural. A atual conjuntura sociohistórica nos revela que essa população nunca recebeu a devida atenção para o enfrentamento de suas mazelas, sendo vista unicamente como alvo de repressão policial, com ações moralizadoras, medidas repressivas, paliativas e coercitivas.

A população em situação de rua sofre com a indiferença da sociedade e do Estado. Devemos entender que o principal patrimônio de um país são as pessoas, e não apenas os monumentos e praças da cidade. As autoridades não podem cuidar unicamente dos bens materiais (prédios, ruas, calçadas, canteiros). Elas precisam considerar as pessoas que se estabeleceram nos lugares públicos ou que precisam desses espaços para sobreviver. Como diz o artigo 3º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), o objetivo do nosso País é construir uma sociedade justa e solidária, acabar com a pobreza e diminuir as desigualdades sociais.

A sociedade jamais pode aceitar o que está acontecendo com estes cidadãos que estão na condição de miserabilidade nas grandes cidades. A indignação perante tais fatos é o reconhecimento do sentimento de humanidade que existe em cada um de nós.

É muito importante que a temática, tão presente aos olhos de todos, seja contextualizada dentro da realidade de desigualdade e exclusão social que caracteriza a história e mais do que nunca a atualidade socioeconômica da América Latina, especialmente do Brasil.

As pessoas em situação de rua enfrentam cotidianamente condições de vida terríveis e ficam expostas a todas as formas de vulnerabilidade. Tais condições de vida são inaceitáveis, porque vão contra os valores fundamentais da Declaração Universal Direitos Humanos de 1948.

A População em Situação de Rua registra o nascimento de novos sujeitos políticos, que lançam sobre a cidade um outro olhar, atribuem novas funções ao espaço público e às instituições e expressam seu desejo de viver com dignidade e de serem respeitados. Eles têm direitos, são amparados pelas leis e pela Constituição. O Estado deve dar proteção a estas pessoas quando necessário e criar condições, por meio de políticas públicas que satisfaçam suas demandas e necessidades, para que elas possam exercer plenamente sua cidadania.

Os Direitos Humanos estão em tudo que a sociedade faz. Mas foram compreendidos aos poucos, ao longo da História, por diversas gerações de pessoas que lutaram por seus direitos. Na Revolução Francesa de 1789 surgiu a bandeira de “liberdade, igualdade e fraternidade”. Depois da Segunda Guerra Mundial, com o mundo destruído pelo abuso, os países se reuniram na Organização das Nações Unidas.

Em 1948 foi assinado o documento mais importante da organização: a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nela, são enumerados todos os direitos fundamentais para vivermos com dignidade humana. Os países que assinaram a declaração passaram a fazer leis que ajudassem a garantir os direitos humanos. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 é plenamente baseada nessas ideias.

Ninguém pode impedir alguém de exercer seu direito de ir e vir ou de viver por motivo de preconceito. Não importa se é por causa da sua origem, da quantia de dinheiro que tem, cor da pele, idade, sexo ou crença. É direito individual de cada pessoa não ser prejudicado por preconceito.

Quando um cidadão passa fome e dorme ao relento, estão desrespeitando sua dignidade. Para respeitar os direitos a educação, saúde, trabalho e moradia, o país presta serviços públicos. Também pode garantir uma quantia mínima para o cidadão enfrentar a pobreza.

Sabemos que as pessoas têm direito de estar na rua, mas viver nelas não é ideal nem para elas, nem para a sociedade. No entanto, medidas paliativas, tais como os abrigos, não dão conta do aspecto da inclusão social. Muito menos as ações higienistas, geralmente promovidas com violência, são respostas razoáveis do poder público. O ideal seria que todos tivessem onde

morar, e a proposição da moradia definitiva para essa população possibilita o enfrentamento à própria existência de pessoas em situação de rua.

O Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009 instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, reforçando os preceitos previstos nas diversas normativas, tratando como prioridade este público-alvo e, assim como o ECA e a LOAS, define como princípio normativo a integração das ações das diversas políticas para assegurar a universalidade dos direitos e a integralidade do atendimento, materializada na construção do trabalho em rede. Os objetivos da Política são apontados nos diversos artigos a seguir:

- I - Assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;
- II - Garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;
- III - Instituir a contagem oficial da população em situação de rua;
- IV - Produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;
- V - Desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;
- VI - Incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;
- VII - Implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;
- VIII - Incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;
- IX - Proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;
- X - Criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;
- XI - Adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;
- XII - Implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;
- XIII - Implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e
- XIV - Disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Todo cidadão tem direito à garantia de sua promoção social, e é por meio da Política Nacional de Assistência que se garante o direito de ser atendido por uma rede de acolhida e serviços: abordagem de rua, centros de referência, casas de acolhimento (repúblicas, pensões),

assessoria para feitura de documentos e projetos de inclusão produtiva. Normas não faltam para tutelar as pessoas que vivem em situação de extrema pobreza. Segundo o Art. 5º da Constituição Federal, “são direitos sociais: a moradia, proteção à infância e assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal estabelece também, ainda em seu Artigo 5º, a igualdade de todos os cidadãos brasileiros perante a lei e a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. No artigo 6º, lê-se que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

É sabido que já existem políticas públicas para a população em situação de rua, mas devido à ineficácia delas, a cada ano, eleva-se a importância do trabalho das Organizações Não Governamentais (ONGs) e de instituições religiosas que atuam de forma benéfica, levando comida, apoio moral, ajuda médica e outros benefícios que encorajam e dão esperança a essa população tão sofrida. A vulnerabilidade e o preconceito os tornam alvos de violência e até mesmo de extermínio, como já vimos diversas vezes na mídia.

De acordo com os dados encontrados na página da Prefeitura de Fortaleza na internet, o Prefeito Roberto Cláudio instituiu, em dezembro de 2015, o Comitê Municipal de Políticas Públicas para População em Situação de Rua, cuja competência consiste em: avaliar e acompanhar os projetos, ações, programas e planos relacionados às políticas públicas em âmbito municipal para a população em situação de rua; propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas municipais para atendimento a esta população; organizar, periodicamente, seminários para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Municipal para a população em situação de rua; assim como realizar eventos que possibilitem a sensibilização da sociedade civil e a capacitação de agentes públicos em torno daqueles que estão em situação de rua.

De acordo com as medidas citadas, o Centro de Referências Especializado para População em Situação de Rua, Centro POP, é um espaço de referência para a pessoa em situação de rua. O serviço especializado de abordagem de rua vem atuando em toda a cidade de Fortaleza, fazendo contato direto com as pessoas que estão em situação de rua. Nesses momentos, a equipe explica como funciona o Centro POP. Eles também articulam, com outros

serviços públicos, encaminhamentos para atender demandas emergenciais verificadas na abordagem social (FORTALEZA, 2016).

Os usuários do Centro POP realizam no equipamento sua higiene pessoal e lavagem de suas roupas, além de o utilizarem como referência de endereço. Outro serviço referenciado pelo Centro POP é o Serviço Especializado de Abordagem de Rua, que atua em toda a cidade de Fortaleza, fazendo contato direto com as pessoas que estão em situação de rua. Nas abordagens, a equipe explica o funcionamento da instituição (Centro POP) e fazem encaminhamento para atender as demandas emergenciais verificadas na abordagem social.

O equipamento foi criado com a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas ao fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares para a construção de novos projetos de vida. O Centro POP ainda oferece serviços de acesso à documentação oficial, Cadastro Único para Programas Sociais, atendimentos individuais e coletivos, encaminhamento à rede socioassistencial, orientações jurídicas e psicológicas e acesso aos serviços básicos de higiene pessoal, alimentação, atividades socioeducativas e artísticas. Além do Centro POP, existem ainda as unidades de acolhimento, outro serviço tipificado para atender a demanda dessa população.

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender como se dá a atuação do Centro POP do bairro Benfica, em Fortaleza, junto à população em situação de rua. Os objetivos específicos foram: entender como os usuários do Centro POP Benfica passaram a viver em situação de rua; identificar como é o cotidiano dos usuários e as demandas da equipe multiprofissional do Centro POP Benfica; e aprender como é o funcionamento do Centro POP, a partir dos relatos da equipe multiprofissional.

A presente pesquisa é, ainda, um instrumento de registro de observações e conhecimento, que poderá contribuir para o enfrentamento de situações e para inaugurar novos caminhos de cidadania. Pode-se, pois, considerar que a persistência desses homens e mulheres em fazer viva a cidade, embora em condições aquém do razoável, constitui e revela a face de uma outra cidade, ainda não visível, que permanece na sombra, mas cheia de luz, à espera de ser descoberta. É desejável que ela seja reconhecida e, sobretudo, que a parede invisível que separa a cidade oculta da cidade oficial seja retirada.

A partir desse estudo, buscamos contextualizar a realidade da exclusão social que vive essa parcela da população, avançando na definição dos principais problemas enfrentados, na perspectiva da violação de direitos e das estratégias de sobrevivência desenvolvidas.

As pessoas que se encontram em situação de rua precisam da ajuda coletiva de todos, necessitam de políticas públicas que saiam do papel, e da garantia dos seus direitos efetivados pelo Estado, para que possam ser vistas como cidadãos, sem nenhuma discriminação ou preconceito por parte da sociedade, findando desta forma, com a invisibilidade que os rodeiam.

Para a realização deste estudo foi utilizada uma pesquisa de natureza qualitativa que, para Godoy (1995), é uma forma de abordagem que se tem firmado como possibilidade de investigação, surgindo no seio da antropologia e sociologia. Os estudos de pesquisa qualitativa diferem entre si quanto ao método, à forma e aos objetos.

O primeiro passo da investigação ocorreu com uma pesquisa bibliográfica, a qual, de acordo com Marconi e Lakatos (2011):

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisa, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fitas magnéticas e audiovisuais; filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, [...] que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. Para as autoras, uma de suas características principais é dar ao pesquisador uma bagagem teórica variada contribuindo para ampliar o conhecimento e fazer da pesquisa um material rico sobre o assunto. (MARCONI; LAKATOS, 2011, p.57).

De acordo com os autores, a pesquisa bibliográfica é toda bibliografia tornada pública, tais como: jornais, revistas, livros, ou até mesmo gravações em fita magnética (MARCONI; LAKATOS, 2011, P.69).

Como categorias principais deste estudo temos: população em situação de rua, exclusão social e políticas públicas. A primeira categoria, conforme definição da Secretaria Nacional de Assistência Social, se caracteriza por ser um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas de diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e falta de habitação convencional regular, sendo compelidos a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por caráter temporário ou de forma permanente.

De acordo com a nomenclatura oficial brasileira, Frangella (2009), mesmo reconhecendo a heterogeneidade desse grupo populacional, exprime que na experiência contemporânea as categorias *homeless* ou em situação de rua funcionam como termos “guarda-chuvas” que ressoam politicamente como menos excludente e mais homogeneizadoras.

O autor agrega, assim, “[...] o andarilho em deslocamento contínuo, os mendigos, os loucos da rua, e ainda os desempregados que vivem temporariamente nas ruas e frequentam albergues” (FRANGELLA, 2009, p. 51).

Na segunda categoria se discute a exclusão social. Sobre isso, Maricato diz que:

Não há como definir um limite preciso entre o “incluído” e o “excluído”. Não se trata de um conceito mensurável, mas de uma situação que envolve a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem, e principalmente, a falta de voz (MARICATO, 1994, p. 51).

Nesse mesmo sentido, o supracitado autor faz uma análise sobre a exclusão social, afirmando de forma sensata que não há como se definir um limite sobre o “incluído” e o “excluído”, visto que não existe ainda um conceito estabelecido, e sim um conjunto de fatores e situações que transformam o sujeito.

No mesmo sentido, Sposati (2003) contribui ao afirmar que exclusão social é mais do que puramente a pobreza considerada como o estado de não ter, sendo que se trata de um processo de não inclusão, de apartação e negação como decisão histórica e culturalmente humana de criar interdições.

A autora destaca que a exclusão social se refere também a discriminação e estigmatização, podendo estar relacionada a questões de sexo, cor, orientação sexual e outras características e atribuições dos sujeitos, não estando necessariamente relacionadas com a pobreza.

Quanto à terceira categoria, no mesmo parâmetro frente tal problema, a Política Nacional para a População em Situação de Rua menciona como um de seus objetivos facilitar o acesso a programas voltados à moradia e de forma articulada com políticas de acolhimento temporário.

O embasamento dos autores com este tema mostrou desenvoltura, devido ao real conhecimento a respeito do assunto, sendo imprescindível para a realização do mesmo. Destaque para Frangella, Maricato e Sposati que foram de extrema importância para a construção desta pesquisa.

Foi realizada neste estudo uma pesquisa de campo, com observação não participante. De acordo com Marconi e Lakatos (2010), “a pesquisa de campo é aquela utilizada com o

objetivo de conseguir informações ou conhecimentos acerca de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos, ou as relações entre eles”.

Para os autores, a pesquisa de campo “[...] consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorreu espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.169).

A presente pesquisa foi desenvolvida no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, Centro POP, localizado no Bairro Benfica. O interesse por este equipamento se deu por se tratar de um local que integra projetos, programas e serviços que contribuem para o exercício da cidadania e possibilitam a superação da situação de vivência de rua. Fortaleza conta com dois Centros POP, um localizado no bairro Benfica e o outro no Centro da cidade. São atendidas uma média de 80 pessoas por dia, no horário das 8 às 17 horas.

Os sujeitos da pesquisa foram os usuários do Centro POP Benfica em Fortaleza e a equipe multiprofissional do equipamento, que embora sejam de realidades sociais diferentes, convivem diariamente com desafios, buscando assim um convívio grupal social com relações de sociabilidade, afetividade e respeito.

O instrumento de coleta de dados é uma entrevista semiestruturada que, para Minayo, é uma conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes a um objeto de pesquisa (1993, p. 17). Foi usado ainda na entrevista um roteiro previamente definido com as devidas questões para esta pesquisa.

Na ocasião da entrevista, foi utilizado um termo de consentimento de acordo com a resolução 466/12, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE –, documento no qual é explicado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa da qual se propõe a participar. A oticidade da pesquisa implica: respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida. Desse modo, usaremos o anonimato dos participantes, usando nomes fictícios, com

intuito de preservar sua identidade, respeitando, assim, os critérios éticos. Além disso, serão também preservadas as identidades dos profissionais que participaram das entrevistas.

Diante do exposto, finalizo a introdução com a explanação dos capítulos a seguir. Para que haja um entendimento melhor deste estudo, ele será dividido em quatro capítulos: No primeiro capítulo apresentaremos o percurso metodológico da pesquisa, dando destaque à aproximação com o objeto, à inserção em campo e aos sujeitos da pesquisa.

No segundo capítulo, veremos algumas discussões sobre população em situação de rua, exclusão social e políticas públicas.

No terceiro capítulo, abordaremos conceitos sobre a PSR, o cotidiano e a trajetória dos direitos da população em situação de rua (Lutas e Movimentos).

Por fim, no quarto capítulo, traremos as vivências em campo, mostrando o trabalho do Centro POP e da equipe multiprofissional com os resultados das entrevistas.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

“Por falta de opção... Ninguém está na rua porque quer.”

Esta é a resposta do morador de rua, a qual ecoa diante da sua realidade e entre todos. É a afirmação que evidencia a ausência de respostas às demandas concretas por eles colocados: desejo de moradia, trabalho, saúde, etc. Esse cenário interpela e desafia para a busca de uma transformação social e para a implementação de políticas públicas. (O Lutador, 2005. P. 91 – Morador 1)

### 2.1 A aproximação com o objeto:

A minha aproximação com o tema deste estudo aconteceu em 2016, no quarto semestre na disciplina de Pesquisa I, quando o professor listou vários temas atuais e instigantes. De imediato me interessei pelo tema “População em Situação de Rua”, pois já me inquietava ver tantas pessoas pelas calçadas da cidade. Desde então, iniciei minhas pesquisas voltadas para esse segmento populacional, pesquisando em jornais, revistas, noticiários e livros e me tornando cada vez mais observadora ao caminhar pelas ruas de Fortaleza. Continuei com o tema em Pesquisa II e fui aos poucos percebendo a necessidade da pesquisa para a sociedade.

No 5º semestre, comecei meu estágio no CUCA Mondubim, lá a nossa vivência se deu com crianças e adolescentes. No equipamento, que tem parceria com a Prefeitura de Fortaleza, estes jovens e crianças buscam lazer, praticam esportes, dançam, assistem a palestras sobre drogas e outros temas relevantes para a idade deles, assistem a peças de teatro, a filmes e a tudo o que precisam para o seu enriquecimento educacional e cultural.

Embora meu estágio não tenha tido relação direta com o tema escolhido, pude observar que, dentre esses jovens atendidos pelo CUCA, alguns estavam lá para cumprir medidas socioeducativas, decorrentes de pequenos delitos que haviam cometido. Percebi que entre eles existiam aqueles que eram excluídos dentro das suas próprias casas, por seus familiares, levando-os, direta ou indiretamente, às ruas e ao uso de narcóticos, fazendo com que muitos fossem explorados sexualmente ou virassem traficantes ainda na adolescência.

Diante desse cenário, resolvi investigar mais de perto para assim entender a dura realidade daqueles jovens, que mesmo tendo um lar se sentiam fora dele, muitas vezes dormindo nas ruas por terem medo de voltar para casa e serem enxotados por sua própria família, de quem deveriam receber amor, conforto e segurança. Foi neste exato momento que encontrei a relação com o tema supracitado.

Um dia, em especial, ficou marcado em nossa memória, pois muito nos comoveu, quando uma menina de apenas quatorze anos de idade entrou no CUCA Mondubim, seminua e chorando muito, e ao me encontrar perguntou se poderia falar com a assistente social do CUCA pois estava precisando de ajuda. Eu tentei acalmá-la e prontamente a levei até o Departamento Pessoal de Direitos Humanos (DPDH) que lá atua, juntamente com a equipe multiprofissional, composta por: um assistente social, uma Psicóloga, uma enfermeira, seis educadores sociais e um técnico de enfermagem. Foi feito o acolhimento de costume e oferecemos a ela um banho e roupas limpas para que depois pudéssemos com calma ouvir sua história.

Aos prantos, a menina nos contou que havia saído de Itapipoca-CE, seus pais a expulsaram de casa pois ela havia sido influenciada a usar drogas pelas amigas, como ela não tinha para onde ir, e nem onde dormir, começou a usar as ruas como moradia e veio perambulando até chegar aqui em Fortaleza. Ela também nos contou que, para conseguir um alpendre para dormir e para garantir alguma refeição diária, precisava muitas vezes se prostituir para os donos, ou para os filhos dos donos dos estabelecimentos.

Ela pedia socorro, pedia ajuda para conseguir um abrigo de meninas que a aceitasse, para poder voltar a estudar, ter uma cama para dormir e roupas adequadas. Ela dizia que queria estudar, se formar em psicologia e, um dia, comprar uma casa, pois ela não suportava mais tanto sofrimento nas ruas. Contou também que sofria de racismo por causa da sua cor e que ouvia insultos horríveis ao caminhar pelas ruas, como “sai daqui sua negrinha fedida!”, nos contou ainda que era filha adotiva sofrendo abuso sexual por parte dos irmãos mais velhos, e foi devido a este fato que recorreu às drogas, para tentar esquecer o tormento e a dor que passava em casa.

Com a devida prontidão, a equipe multiprofissional do Cuca Modubim entrou em contato com o CRAS, com o qual tem parceria direta, obtendo êxito para que ela fosse encaminhada ao tão sonhado abrigo, para que posteriormente fossem feitos todos os procedimentos legais junto aos seus familiares. Tamanho foi nosso espanto saber que, apesar de tudo, ela ainda desejava rever sua mãe e voltar a morar com ela. Ela repetiu algumas vezes que “família era tudo” e que mostraria para ela que era capaz de ser uma "doutora psicóloga".

Essa história tocou meu coração e me fez querer saber mais sobre o que assombra estas pessoas, o que as leva a viver nas ruas e de onde elas vieram. Causa inquietação ver uma realidade social tão constrangedora ao andar pelas ruas da nossa cidade. Percebe-se que a cada ano aumenta o número de pessoas que se encontram morando nas ruas; muitas delas, crianças,

mulheres grávidas e famílias inteiras que estão na condição de mendicância. Foi quando enfim cheguei a essa constatação, que tive um sentimento de impotência ao presenciar tanta gente submetida a todo tipo de violência, me vi motivada a querer entender como as pessoas chegam a essa situação tão deprimente e desumana, afinal se tratam de seres humanos.

Desse modo, durante as disciplinas de Pesquisa I, Pesquisa II e TCC I, continuamos os estudos e as leituras sobre essa temática. Já na disciplina de TCC II, fechamos juntamente com a orientadora do projeto o objeto deste estudo, que é a atuação do Centro POP do bairro Benfica junto à população em situação de rua.

A pesquisa de campo nos faz compreender que são inúmeros os fatores que levam muitas pessoas às ruas de Fortaleza. Abordaremos ainda nas linhas seguintes, a triste realidade do cotidiano dos usuários do Centro POP e da falta de estrutura do equipamento.

## **2.2 A inserção em campo e os sujeitos pesquisados**

Dei início à pesquisa de campo no dia 13 de abril de 2018 no Centro POP Benfica. Não devo negar que me senti apreensiva ao entrar em contato com os sujeitos e com o campo de pesquisa, no primeiro instante deparei-me com uma realidade triste, uma enorme fila se formava fora do equipamento, aglomeravam-se pessoas de aspecto sofrido e em condições deprimentes, estavam ali desde a madrugada para receberem o café da manhã.

Depois da primeira refeição, eles se dirigiam à recepção para que fossem direcionados aos atendimentos realizados por profissionais específicos para cada demanda. Após serem atendidos, se deitavam pela sala de televisão, no chão, ou assistiam sentados nas poucas cadeiras ali disponíveis a programação na televisão. Os usuários do Centro POP ficam livres neste momento e podem participar de oficinas realizadas por pedagogos e educadores sociais, se assim desejarem. Notei que alguns usuários só queriam um canto para descansar um pouco, outros para lavar roupas e fazer sua higiene pessoal, alguns deles ouviam música ao mesmo tempo em que conversavam com outros; sentimos descontração neste momento, uma verdadeira casa de apoio para todos eles.

Dando continuidade às minhas observações a respeito do funcionamento do equipamento, percebi ali muitas falhas, a primeira delas era que o trabalho ofertado não satisfazia a demanda dos usuários, que havia muitas reclamações a respeito dos serviços ofertados, dos banheiros, por serem entupidos e muito sujos e pela total precariedade do local.

Diante disso, notei que para diversos deles nada daquilo, que a muitos seria desagradável, não importava e que só o fato de estarem ali já era o bastante. Ao conversar com alguns deles, percebi a satisfação de poderem contar com a ajuda do Centro POP, de terem um lugar para descansar, conversar uns com os outros e até mesmo de ouvir música e cantar, como vimos muitos usuários fazendo depois do almoço, neste instante pensei: “mas como podem cantar se nem lugar para dormir eles possuem?”. A alegria deles cantando as músicas da dupla Jorge e Mateus contagiou a mim e a todos os profissionais que viram a cena descrita neste momento eu precisei conter as lágrimas, mas de uma certa forma, mesmo sentindo um misto de alegria e de tristeza, senti-me feliz ao vê-los cantar.

Apesar de alguns usuários se sentirem em casa e de até cantarem como já descrito anteriormente, não pude deixar de notar a insatisfação e a tristeza de outros, famintos e inconformados com as poucas senhas para receberem a refeição. Muitos deles diziam que não haviam comido nada desde o dia anterior e presenciei a solidariedade dos que haviam pegado senha, dividindo a refeição com os que não tiveram a fortuna de receber o alimento.

No Centro POP também faltam materiais para as oficinas de desenho e pintura (não há lápis de cor, tesoura, papel...) e outros elementos básicos. Observamos que muitos não participavam das oficinas por este motivo, talvez, ou por falta de interesse também, preferindo o chão frio da sala de televisão para dormirem, talvez por não terem onde dormir ou até mesmo por não conseguirem relaxar, por medo ou perseguição nas ruas.

Quanto à equipe multiprofissional que compõe o equipamento, pude observar que eles também reclamavam aos sussurros uns com os outros, da falta de estrutura adequada para eles e para os usuários que vão ao equipamento em busca de um abrigo momentâneo. Devemos concordar que esses fatores impossibilita o profissional de exercer um trabalho de forma adequada, diante de tanta precariedade e falta de comprometimento do poder público.

Na semana seguinte, precisamente no dia 18 de abril, depois de me apresentar à equipe que trabalha no estabelecimento, a psicóloga que ali trabalha me atendeu com muita atenção e contou-me em detalhes a respeito da precariedade do equipamento e sobre o cotidiano da equipe multiprofissional do qual ela faz parte e dos usuários que costumam frequentar o Centro POP.

A Psicóloga relatou que muitos deles dormem lá para garantir o almoço que eles recebem todos os dias, ela explicou que só são disponibilizadas vinte senhas para o almoço,

estas são distribuídas aos que chegarem primeiro, garantindo desta forma a segunda refeição. A primeira refeição é o café da manhã, que é distribuído a quem estiver lá. Os usuários que não conseguem o almoço, ou voltam para rua, ou então ficam por lá fazendo outras atividades (me causou tristeza ao presenciar este fato e foi então que entendi o madrugar na fila).

Diante disso senti a contradição em relação à efetivação de direitos, sendo que os usuários não têm o devido atendimento por falta de estrutura, é necessária uma fiscalização urgente e um acompanhamento mais frequente no local. A cozinha é muito pequena e quente e de vez em quando falta água para beber, inclusive algo que ocorreu neste dia, problema somente sanado quando já estávamos indo embora, momento em que não havia mais nenhum usuário. O equipamento fecha às 17h, mas às 16h todos os funcionários já estão avisando aos usuários que as atividades estão sendo encerradas e que está na hora de sair.

Na semana seguinte, ao chegar ao Centro POP, pude conversar com um usuário que aguardava atendimento na recepção desde muito cedo, resolvi entrevista-lo apresentei-me e perguntei-lhe o motivo dele estar ali e se eu podia ajudá-lo de alguma forma. Ele nos disse ser do Pará, mas que já tinha viajado pelo Brasil todo de carona e que havia passado o carnaval em Salvador-Bahia, contou-me que bebeu muito e perdeu todos os seus documentos, se separou da esposa e veio para cá de carona, chegando aqui em Fortaleza, não conseguiu arrumar emprego por falta de documentos e estava ali a tarde toda para falar com a Assistente Social, mas ela ainda não o tinha recebido, o que o fez pensar que ela não estava lá.

Ao ouvir o rapaz que aguardava ansioso pelo atendimento, lembrei-me de tê-la visto e conversado com a Assistente Social antes de descer. Levantei-me, pedi licença a ele e me dirigi a moça da recepção, informei-lhe que o rapaz queria falar com a Assistente Social e, me surpreendi, quando ela respondeu que ele tinha ficado calado e por isso ela não sabia o que ele realmente queria. Minha vontade foi de perguntar o motivo pelo qual o indivíduo não foi interpelado pela assistente social. Insisti e perguntei se ele ainda podia receber atendimento, ela olhou para o relógio e viu que ainda tinha tempo para aquele cidadão ser atendido, pediu ao rapaz que trabalha ao lado dela chamar a Assistente Social. Mas não entendi por qual motivo ela não desceu. Felizmente, no lugar dela, veio atendê-lo a mesma Psicóloga que me recepcionou no primeiro dia.

De volta para casa, absorta em meus pensamentos, senti vontade de chorar e ao mesmo tempo de sorrir, lembrei-me de dois fatos que me marcaram nesta pesquisa, um deles foi a dos

usuários cantando depois do almoço, mesmo sem terem as condições básicas para viver com dignidade, cantarolavam em alto e bom som, com um sorriso no rosto, banhados e alimentados, sem se importarem com a dureza das calçadas da cidade que os aguardavam.

Outro fato que vai ficar ainda por muito tempo em minhas lembranças foi o desse rapaz que sequer se mexia no canto da sala da recepção, se tornando invisível aos olhos de todos que por ali passavam. Como é triste saber que a população de rua se cala diante da exclusão social por parte de algumas pessoas insensíveis, que em nenhum momento tentam se colocar na pele destes cidadãos que vivem pelas ruas da cidade à mercê de favores, pois vivem de certa forma alienados sem saberem que são dotados de direitos como qualquer outro cidadão.

No próximo capítulo discutiremos conceitos sobre a caracterização da população em situação de rua, abordando, em seguida, exclusão social, lutas e movimentos da PSR bem como, as políticas e projetos sociais existentes para este público.

### **3. ALGUMAS DISCUSSÕES SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, EXCLUSÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS.**

“Veem em nós apenas objetos, uma espécie de coisa que está ali e que pode ser removida a qualquer momento, para um lado e para o outro... Por vezes somos alvos de projetos, tratados como se fossemos uma ponte ou uma obra qualquer que precisa de licitação, aprovação, entre outras burocracias”, Samuel Rodrigues (Morador de Rua de Belo Horizonte).

#### **3.1 População em situação de rua: quem são eles?**

Conforme definição da Secretaria Nacional de assistência Social<sup>2</sup>, a população em situação de rua se caracteriza por ser “um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e falta de habitação convencional ou regular, sendo compelidas a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por caráter temporário ou de forma permanente”.

Existem várias denominações para aqueles que vivem em situação de rua, as mais comuns são de mendigos, mendicantes, pedintes, esmoleiros, sem teto, entre outras variações

---

<sup>2</sup> A Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) faz a gestão da Política Nacional de Assistência Social e do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Também garante o funcionamento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e implementa programas, benefícios e serviços da rede de proteção social.

desses termos. São indivíduos que vivem em extrema carência material, não conseguindo obter as condições mínimas de salubridade e conforto por meios próprios. Tal situação de indigência material força o indivíduo a viver na rua, perambulando de um local para o outro.

A População em Situação de Rua ocupa os vãos e desvãos da cidade: ruas e becos, viadutos e pontes, praças e marquises, rodoviárias e estradas. Pernoitam em albergues na maioria das vezes considerados verdadeiros depósitos humanos. Eles resistem nos espaços públicos por estes serem o “único e último lugar” que sobrou do sistema econômico vigente, que exclui os direitos daqueles que não conseguem se encaixar no perverso modelo de produção e distribuição de bens e riquezas.

Destituídos dos seus direitos, eles resistem à exclusão e lutam pela sobrevivência cotidiana. Estão dentro da cidade, mas a cidade não os enxerga. São invisíveis em meio à população. É como se houvesse uma parede invisível separando duas cidades. Uma onde tudo é possível. Outra, onde tudo é negado: proteção, privacidade, água, alimentação, aconchego, banho. Sofrem o preconceito e as consequências das políticas “higienizadoras”, que tem como objetivo “limpar” a cidade, expulsando os moradores de rua de todos os lugares.

Segundo Carvalho, a existência de pessoas em situação de rua é um fenômeno presente na sociedade brasileira desde a fundação das primeiras cidades (CARVALHO, 2002). De acordo com Novak,

A existência de indivíduos em situação de rua torna patente a profunda desigualdade social brasileira, e insere-se na lógica do sistema capitalista de trabalho assalariado, cuja pobreza extrema coaduna-se com seu funcionamento (1997 apud BRASIL, 2008).

Pessoas que migraram das zonas rurais para a cidade grande, com baixa ou nenhuma escolaridade e qualificação profissional, não são geralmente incorporadas pelo mercado de trabalho, gerando uma massa de trabalhadores sem emprego e sem perspectivas, um excedente das classes subalternizadas, jogada à margem do desenvolvimento e do acesso a bens e serviços. Foi então que uma parcela significativa dessa população passou a buscar as ruas das cidades como seu único espaço de sobrevivência.

Desta forma, o agravamento dessa questão social aumentou, contribuindo para que houvesse um aumento da população em situação de rua nos grandes centros urbanos, incluindo-se aí crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias inteiras.

Aquela parcela da população conhecida nas cidades por viver da caridade, da Igreja e do Estado, e que aos olhos destes tinham pouca ou nenhuma capacidade ou potencial de proceder a transformações efetivas em sua condição de vida, ganhou, portanto, novos contornos dados pela forma de ocupação do espaço e de sociabilidade no Brasil urbano e industrializado.

É importante observar as particularidades de cada indivíduo que vive em situação de rua para não cometer erro ao generalizá-lo e, conseqüentemente, propagar o estigma, já alastrado em grande parte da sociedade. Goffman (1988) diz:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que os torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo até de uma espécie menos desejável \_ num caso extremo uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. [...]. Construimos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. (GOFFMAN, 1988, p. 12-15)

Deste modo, o autor nos mostra claramente e de forma sábia que devemos estar atentos à quebra da associação das “classes pobres”, das “classes perigosas”, evitando assim a discriminação da pobreza.

A partir do tópico seguinte será feito um breve histórico a respeito dos direitos assegurados pela Constituição Federal Brasileira a PSR, lutas e movimentos sindicais e o que já foi criado e destinado a esta população através das novas conquistas de políticas públicas.

### **3.2 A trajetória dos direitos da PSR: lutas e movimentos**

No ano de 2001, início do século XXI, aconteceu a Primeira Marcha do Povo da Rua. Em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004), que atribui à Proteção Social Especial ao atendimento da população em situação de rua. Diante disso o MDS (Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome Nacional) fechou um convênio de Cooperação Técnico-Científica e Financeira com a Organização não Governamental do Auxílio Fraternal – OAF SP, com objetivo de fortalecer a partir de capacitação o Movimento Nacional para a População em Situação de Rua (SDH, 2013)<sup>3</sup>.

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) foi criado em 2005 com o apoio do Movimento Nacional do Catadores de Materiais Recicláveis. A criação deste movimento e de políticas públicas voltadas para a PSR aconteceu devido a protestos e cobranças

feitas após a tragédia que aconteceu no ano de 2004 no Centro de São Paulo, onde 15 moradores de rua sofreram violência, vindo sete deles a óbito (SDH, 2013).

Foi então devido a este acontecimento trágico que foi realizado o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, dando início assim à formulação da Política Nacional para a População de Rua, além de subsídios para o texto da Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que altera a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social)<sup>3</sup>, que foi sancionada pelo ex-presidente da República Itamar Franco, em 7 de Dezembro de 1993 e aprovada pelo Congresso Nacional. A LOAS reverberou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, “Reconhecendo desta forma a Assistência Social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, garantindo a universalização dos direitos sociais” (BRASIL, 1988). Muitos avanços e conquistas foram alcançados na área da assistência social, ganhando assim toda a população brasileira, através da garantia dos seus direitos efetivados pelos devidos profissionais da assistência social e incluindo desta forma atendimento especializado para a população em situação de rua.

Desta forma, a Assistência Social é um dever do Estado que dá ao cidadão o direito de ter acesso às políticas sociais, se assim precisarem. A LOAS, então, deixa explícito em seu Art. 2º que a assistência social tem por objetivos:

- I - A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - A garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Todos esses direitos estão dispostos para toda a sociedade brasileira, que deve ser conhecedora desses direitos para poder usá-los como se deve.

Todo cidadão tem direito à assistência social, pois ela é uma política pública necessária a todos que dela precisem. A assistência social é organizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a nível nacional, que tem por objetivo apoiar o indivíduo, as famílias e a

---

<sup>3</sup> Lei 11.258/2005 (lei ordinária) 30/12/2005 altera a lei Nº8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.

comunidade a enfrentarem suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos sociais.

O papel do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além de organizar os serviços de assistência social no país, é o de ser um sistema público com modelo de gestão participativa, que por sua vez articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo para a execução e financiamento da Política Nacional de assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

O SUAS é quem organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social que são: Proteção Social Básica, que se destina à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio de ofertas de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias que se encontram em vulnerabilidade social. A outra é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco, com direitos violados por ocorrência de abandono, maus tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros. A população em situação de rua se enquadra na Proteção Social Especial, devido os sujeitos se enquadrarem no perfil citado.

Entre 2005 a 2008, o MDS assinou importantes portarias que contribuíram com as políticas públicas referentes à população em situação de rua, sendo estas antecedentes da criação do documento, em 2008, da Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Entre 2007 e 2008 foi realizada a Pesquisa Nacional sobre População de Rua.

Apesar da última pesquisa ter sido realizada há dez anos, é o que temos de concreto a respeito da contagem da PSR. É necessária uma atualização, visto que estes dados se encontram desatualizados, na época da pesquisa foi apontado que a população em situação de rua se faz presente em todo o país por fatores diversos e que há em Fortaleza 1.772 pessoas em condição de rua. A contradição desta pesquisa pode ser observada no Centro de referência especializado para a população em situação de rua (Centro POP) Benfica, que possui em média mais de 2.300 usuários cadastrados, não contando ainda com os mais de 5.000 cadastrados no Centro POP Centro, que foi recentemente reinaugurado.

Em setembro de 2016, com a publicação da Lei 13.341, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA), criado em 2004 para tratar da superação da pobreza e da fome, foi transformado em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

(MDSA). Com a medida provisória nº 782, de maio de 2017, o órgão passou a ser nomeado como Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

O Ministério mantém um sistema de proteção social como estratégia de combate à pobreza, em especial da pobreza extrema. Uma das políticas encampadas é o programa Criança Feliz, importante iniciativa para que famílias com crianças entre zero e seis anos ofereçam a elas ferramentas para promover seu desenvolvimento integral. O órgão coordena ainda o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dá suporte ao funcionamento do sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), faz a coordenação das ações intersetoriais de superação da pobreza extrema e é responsável pelo maior programa de transferência de renda condicionada do mundo, o Programa Bolsa Família, que beneficia diretamente cerca de 50 milhões de pessoas.

As políticas públicas do país são administradas através do órgão gestor brasileiro, representadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e são feitas através de um cadastro nacional, o cadastro único. Através deste cadastro é gerado um Número de Inscrição Social (NIS) que dá acesso às políticas públicas em todo o país. Através do Cadastro Único, o MDS identifica quem são e como vivem as pessoas e as famílias de baixa renda, podendo se cadastrar as famílias que ganham até meio salário mínimo por pessoa e até três salários mínimos de renda total por mês.

No Centro POP, pode-se observar que o Cadastro Único (o qual pode inclusive ser feito lá no equipamento) é muito importante para a população em situação de rua, pois é através dele que as políticas públicas desenvolvidas pelo governo podem ser voltadas especificamente para o atendimento das necessidades da PSR, permitindo também o acesso a vários programas sociais como o Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Carteirinha do idoso (CI), Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Aluguel Social (AS) e Projeto Novos Caminhos (PNC).

Para que sejam efetivadas as políticas públicas para toda a população, o Governo do Estado junto com a Prefeitura de Fortaleza vêm tentando, de acordo com a demanda, mas muito lentamente, atender às necessidades de cada cidadão cearense, inclusive aqueles que vivem pelas ruas da cidade. Um dos benefícios de muita importância para a PSR é aquele que foi criado pela Lei 16.126 de 14 de outubro de 2016, que propicia a retirada de documento de identificação (RG) gratuitamente, visto que os sujeitos que vivem nas ruas se encontram em

situação de extrema pobreza e não têm como pagar a taxa cobrada, que hoje custa por volta de R\$50,00.

A Prefeitura de Fortaleza também desenvolve um projeto chamado “Projeto Novos Caminhos”, através da Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHS), antiga Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e da Coordenadoria Especial de Políticas sobre Drogas (CPDROGAS), em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).

De acordo com o titular da SDHDS, o Sr. Elpídio Nogueira, “a importância deste trabalho, é buscar dar mais dignidade às pessoas em situação de rua e aos usuários de drogas e álcool, tendo a oportunidade de reinserção na vida social”. As atividades do projeto foram organizadas em quatro eixos: convívio social, qualificação profissional, inclusão produtiva e provisão de auxílio moradia. São oferecidos cursos profissionalizantes de Manutenção de Praças e Prédios, Jardinagem, Portaria, Serviços Gerais, Pintor de Parede, Auxiliar de Pedreiro e Massoterapia. Os usuários são avaliados durante o módulo teórico quanto à assiduidade, pontualidade, interesse e participação. Os educandos recebem do projeto uma bolsa auxílio no valor aproximado de R\$500,00, durante quatro meses, totalizando 60 horas mensais. Se forem bem avaliados durante o curso, poderão ainda ser beneficiados com uma casa pelo programa Minha Casa Minha vida do Governo Federal. Esta é mais uma conquista da PSR.

A maioria daqueles que fazem das ruas e calçadas a sua moradia são pessoas que desconhecem que moradia é um direito social reconhecido tanto pela Constituição Federal de 1988 quanto pela Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). É dever do poder público a promoção das condições que são necessárias para a efetivação desse direito, independentemente da situação das pessoas.

A População em Situação de Rua precisa, da mesma forma, que sejam garantidos os seus direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer e à segurança, entre outros pontos. Tudo isso forma uma rede de proteção. Por mais que a pessoa caia, que fique sem dinheiro, sem família, sem condições de levar a vida adiante, ela não pode sair dessa rede.

De acordo com o antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome(SETRA), hoje, Ministério do Desenvolvimento Social “todo ser humano tem direito ao

mínimo possível, que é a dignidade e ter um trabalho”. Toda pessoa que mora na rua, independente dos motivos ou fatores que a levaram a esta condição, têm direito à vida com saúde, trabalho, educação, segurança, moradia, assistência social e lazer”.

Como já expressado em linhas anteriores, em 1948, esses direitos foram reconhecidos por vários países, na Declaração Universal de Direitos Humanos. Essa declaração afirma que: todas as pessoas nascem livres e iguais, ou seja, “ninguém é melhor que ninguém”. Todos nós formamos uma única família, a comunidade humana: negro ou branco, homem ou mulher, rico ou pobre, nascido em qualquer lugar do mundo e membro de qualquer religião. Desta forma, todos nós temos direito à liberdade e à segurança pessoal.

Da mesma forma, a Declaração Universal garante que todos devem ser reconhecidos e protegidos por lei sem discriminação. Por exemplo, se alguém sem recursos estiver com alguma pendência na Justiça terá direito a ser defendido por um advogado, gratuitamente, e a ter uma audiência justa e pública, porque é um cidadão.

No Brasil, esses direitos devem ser efetivados mesmo àqueles que não tenham moradia, visto que estão assegurados na Constituição Federal, regulamento este do qual emanam todas as outras leis de nosso país. O Estado, por meio de seus governantes, deve assegurar os direitos garantidos na Constituição brasileira a todos os cidadãos.

É preciso deslocar a centralidade nas ações provisórias para a discussão sobre reforma urbana, a partir de reformulações nas políticas de uso e ocupação do solo. Nesse sentido, é preciso reunir as informações sobre o perfil desse segmento diante da sua heterogeneidade para que as diversas necessidades desse público sejam atendidas.

Para Costa (2012), a construção de uma identidade valorativa da PSR é um desafio devido os contrastes e exclusões da sociedade, sendo necessária uma mudança de atitude social, a fim de exercer o acolhimento. Por isso, segundo a autora, a ampliação de medidas protetivas do Estado para essa população, por meio de políticas públicas, é uma estratégia a ser seguida.

A autora entende que toda a intervenção estatal por meio de políticas públicas, portanto, deve partir da ampla identificação das especificidades e necessidades da população em situação de rua de cada região a que se destina. É apenas por meio do levantamento dos problemas concretos que pode ser realizada uma intervenção qualificada, haja vista a heterogeneidade presente neste segmento social.

É necessário que a população de rua se organize com o objetivo de lutar por esses direitos e conquistar políticas públicas. Elas são o caminho para a realização de ações governamentais que ajudem na garantia dos direitos de todas as pessoas em situação de rua.

Diante desses direitos assegurados a população em situação de rua pela CF a PSR não deve sofrer ameaça ou prejuízo algum a sua idoneidade moral e pessoal, por direito poderá, gratuitamente, pedir na justiça a punição dos responsáveis. Ninguém pode ser ameaçado de prisão ou ser preso ilegalmente. Todos devem ser tratados com respeito (artigo 5º). Se houver abuso de poder ou ilegalidade, qualquer pessoa poderá requerer *habeas corpus* perante um juiz de Direito, gratuitamente, sem necessidade de um advogado como mediador. O *habeas corpus* é um pedido feito ao juiz para que ele dê liberdade ao preso.

Ainda expondo os direitos da população em situação de rua, ela pode ter acesso a programas especiais de moradia provisória ou custeamento, como repúblicas, pensão social, bolsa-aluguel, locação social; ou moradia definitiva, por meio de programas de habitação popular federal, estadual e municipal. As propriedades podem ser públicas ou privadas e devem cumprir a sua função social, conforme a Constituição Federal:

I - Quando um ou mais moradores de rua estiverem ocupando um imóvel ou área particular abandonados, por mais de 1 (um) ano, cuidando do espaço pacificamente e sem oposição do dono, poderão buscar o seu reconhecimento de posse. Se permanecerem no imóvel, nas mesmas condições, utilizando-o como moradia, por 5 (cinco) anos, terão direito à propriedade.

II – Se uma ou mais pessoas utilizam como espaço de moradia terreno ou imóvel público em área urbana, por mais de 5 (cinco) anos seguidos, poderão lutar pela “Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia”, conforme artigos 1º e 2º da Medida Provisória 2,220/01. Nesse caso, se o Poder Público quiser retirar as pessoas, deverá garantir o direito de moradia no local ou nas proximidades.

A PSR precisa participar de reuniões do Conselho Municipal de Habitação de sua cidade e participar dando sugestões que atendam às suas necessidades. Para que possam conquistar a sua moradia e para que o seu direito se torne realidade, é extremamente necessário que se mobilizem e lutem por isso.

Através da Lei 328 de 12 de março de 2015, que define o Programa de Locação Social no Âmbito do Município de Fortaleza, define-se no art. 7º que

o ingresso no Programa Locação Social ocorrerá através de cadastro próprio na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza, mediante a comprovação de baixa renda, vulnerabilidade social e situação de desastre do pretendo beneficiário, sendo assegurada a preferência para quem se encontra nessas condições:

I - os que habitarem em condições subumanas, em áreas de risco iminente ou que tenham sido atingidos por qualquer espécie de desastre;

II - famílias em situação de desalojamento temporário, que já se encontrem cadastradas em programas habitacionais, e estejam em processo de reassentamento

para novas unidades habitacionais;  
 III - mulheres em situação de violência doméstica e/ou sexual, idosos, pessoas com deficiência, enfermos graves ou arrimos de família;  
 IV - famílias ou pessoas em situação de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social e que se encontrem em situação de moradia de rua.

Devemos ter ciência de que todos os benefícios sociais exigem um perfil de cada usuário para cada programa e estão disponíveis à população em situação de rua que se enquadrem nele. Os programas sociais são oferecidos pelas três esferas governamentais: a Municipal, a Estadual e a Federal, este que atende no âmbito nacional, variando de acordo com cada área ou região.

É direito social de todos o exercício de qualquer tipo de trabalho, ofício ou profissão, como lavador de carros, professor, catador de material reciclável, advogado, pedreiro, servidor público, flanelinha, artesão, entre outros, sem que haja nenhum tipo de preconceito. O trabalho mais comum entre a PSR é catador de material reciclável, que é reconhecido no Código Brasileiro de Ocupações. Existe, inclusive, uma lei federal que facilita a contratação das organizações dos catadores pelas Prefeituras, para fazer o serviço de coleta seletiva na cidade.

Existe ainda o Projeto de Lei 2.470/07, que altera a Lei 8.666/93, a qual, por sua vez, inclui a contratação de trabalhadores em situação de rua nos contratos da Administração Pública.

A população em situação de rua precisa estar atenta a defender a coleta seletiva para organizações de catadores que realizam esse trabalho há muito tempo e que contribuem para o bem-estar de toda a comunidade, devendo desta forma, sugerir a criação de grupos de economia solidária (associações, cooperativas, grupos de produção) para o enfrentamento do desemprego.

É necessário que a população em situação de rua se organize e participe de projetos de capacitação profissional para buscar novas oportunidades de trabalho, ocupação e geração de renda e defender que não haja limite de idade em todos os contratos de aprendizagem, bem como participar da mobilização para a aprovação do Projeto de Lei 2.470/07.

No que diz respeito à saúde, a Política Nacional de Promoção da Saúde, baseada no princípio do Sistema Único de Saúde (SUS), garante a Constituição Nacional na Lei N° 8.080, de 19 de setembro de 1990, em seu Art. 2º, que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. O atendimento deve ser feito a todo cidadão, independentemente das condições em que ele se encontra, mesmo que não tenha endereço, documento ou acompanhante.

É também garantido a todo cidadão o atendimento em postos de saúde e hospitais. Existem programas que garantem a contratação de Agente Comunitário para atender as pessoas em situação de rua e há uma rede de serviços especializados conhecidos como Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) e Centros de Apoio Psicossocial em Álcool e Drogas (CAPS AD), que prestam auxílio a quem bebe e/ou usa drogas e a quem tem problema mental.

Todo cidadão tem direito de receber os serviços do país. Mas para receber esses serviços, os pais devem fazer o registro civil de nascimento de seus filhos em um cartório; este documento é gratuito, ele é a porta de entrada para a cidadania, porque assim o país sabe da existência do indivíduo, podendo oferecer-lhe vários outros serviços. A maioria da população em situação de rua vive sem nenhum documento, porque nunca foram registrados ou porque o perderam. É diante deste contexto que entra um dos papéis do Centro de Referência Especializado a população em situação de rua, o Centro POP, que auxilia a toda e qualquer pessoa que vive em situação de rua a retirar gratuitamente todos os seus documentos.

Como foi relatado em linhas anteriores, sabemos que existem de fato políticas públicas para a população em situação de rua, contudo, infelizmente, muitas delas não saem do papel, por alienação dos sujeitos e também por falta de mais empenho por parte do poder público.

Todos querem viver com dignidade e usufruir dos seus direitos de cidadão, a população em situação de rua, hoje, participa de movimentos e sindicatos para terem conhecimento dessas leis, mas ainda são poucos os usuários engajados, eles precisam se unir mais para poderem lutar pelo que lhes é de direito. A população de rua está se articulando de todas as formas, pois querem e precisam ter um lar e sair da condição de extrema pobreza, mas, para isso acontecer, eles precisam entender os seus direitos e cobrar do poder público, para que a mudança aconteça.

No capítulo seguinte faremos um breve histórico sobre a realidade dos usuários do Centro de Referência Especializado para a População de Rua.

#### **4. A REALIDADE DOS USUÁRIOS DO CENTRO POP BENFICA: RELATOS DE PESQUISA DE CAMPO.**

Enquanto não sai da rua....

Você pode ensinar a cidade a te enxergar com outros olhos.

Dar o exemplo de um cidadão que luta e merece o seu lugar.

Mesmo enquanto a cidade não te enxerga, você pode enxergá-la.

Mesmo enquanto a cidade não te respeita. Você pode respeitá-la.

E enquanto não sai da rua, você pode cuidar do seu espaço, deixá-lo limpo e seguro, como se fosse a sua casa.

A calçada onde você está pode lhe dar a chance de mostrar a quem passa que ali há uma vida.

Você pode proteger o meio ambiente: as árvores, os canteiros, as praças.

Ele também tem vida. Essa vida também merece ser preservada para você e para todos.

Com isso, você pode não ter os seus direitos garantidos, mas pode ter o respeito e a consideração de pessoas que estão por perto, que podem passar a te enxergar com outros olhos.

Reconhecer que você é gente.

E, quem sabe, fortalecer a rede de apoios e solidariedade com a qual você deseja transformar essa realidade.

O sonho de sair da rua pode demorar a se cumprir. Enquanto isso, você tem um lugar, ou alguns lugares que possam te apoiar (Morador de rua da Bahia).

##### **4.1 O funcionamento do Centro POP Benfica**

De acordo com o site da Prefeitura de Fortaleza, o Centro de Referência Especializado para população em situação de Rua (Centro POP) do Bairro Benfica foi inaugurado pelo Prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, no dia 4 de novembro de 2013 e fica localizado na

Avenida da Universidade, numeral 3215. O equipamento é a unidade de referência que integra projetos, programas e serviços que contribuem para o exercício da cidadania e possibilitam a superação da situação de vivência de rua. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas ao fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares para a construção de novos projetos de vida. Além desta unidade, Fortaleza conta também com outro Centro POP no Centro da cidade.

O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua do Bairro Benfica funciona das 8 às 17 horas, sendo que os usuários que querem garantir as refeições (almoço e jantar) madrugam nas calçadas do equipamento.

O Centro POP oferece o café da manhã a toda a população de rua, pois o café da manhã é servido para todos os usuários que vivem nas ruas e estiverem na fila. Para garantir o almoço, às 11h, e o jantar, que é servido às 15h30min, eles precisam estar entre os vinte primeiros da fila, pois só são distribuídas vinte senhas para estas refeições, aos vinte primeiros usuários que ali chegarem.

Quanto ao prédio e às instalações, o Centro POP situa-se em um casarão antigo de dois andares tombado pelo Patrimônio Histórico da cidade de Fortaleza. Na parte térrea fica a recepção, onde os usuários ficam à espera de atendimento psicológico, sociojurídico e socioassistencial. As demandas são muitas e os atendimentos são feitos na medida do possível para cada caso. No térreo, além da recepção, há uma sala onde eles assistem televisão e outra destinada a cursos profissionalizantes que são oferecidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, pelo SENAC e SENAI que fazem parceria com a Prefeitura, são cursos de diversas áreas, no entanto observamos que são poucos os que se interessam em fazer. Na época em desta pesquisa, havia uma turma concluindo um curso de corte e costura oferecido pelo SENAI, de acordo com a informação do instrutor.

O Centro POP tem, ainda, uma cozinha e uma área grande de piso de chão batido (cimento velho e quebrado), as paredes são sujas, os usuários espalham-se por este espaço sentados em cadeiras ou deitados pelos poucos colchões que ficam espalhados pelo chão. Os banheiros são sujos e estão sempre entupidos. As condições de precariedade do prédio são visíveis, e deixa nítido a falta de comprometimento do poder público com essa população.

Como já exposto, o equipamento é um espaço de referência para a população em situação de rua que precisa de serviços de acesso à documentação oficial, Cadastro Único para Programas Sociais, para a realização de higiene pessoal, alimentação, atividades socioeducativas e artísticas.

Na época da realização desta pesquisa, ouvi muitas reclamações por parte dos usuários em relação às poucas fichas para o almoço, a respeito da falta de higiene dos banheiros e dos materiais para a realização das oficinas, percebe-se muita indignação por parte de alguns usuários.

Quanto à demanda do equipamento, observei que tudo ocorre de forma bem tranquila, sem nenhuma aglomeração de pessoas, na sala de atendimentos das demandas feitas pelos usuários que fica junto a recepção, haviam poucos usuários a espera de atendimento. Pude observar ainda, que há sempre profissionais à disposição nas salas da parte de cima do prédio, onde ficam todas as salas em que trabalha a chamada equipe multiprofissional para atender as pessoas que procuram o serviço.

Na parte de cima, no primeiro andar, estão dispostas cinco salas onde trabalham quatro Educadores Sociais, uma Psicóloga, uma Coordenadora, um Advogado, um Assistente Social, uma Pedagoga, dois Auxiliares Administrativos e um Motorista. Na parte térrea trabalham: quatro Vigilantes, dois Porteiros, uma Cozinheira, uma Auxiliar de Cozinha e um Auxiliar de Serviços Gerais.

Quanto à aproximação com os sujeitos da pesquisa, ocorreu sem nenhum empecilho, todos os usuários foram bem serenos e responderam todas as questões feitas, não sendo presenciado qualquer constrangimento ou confusão.

Foi uma experiência única, podendo desta forma me aproximar do objeto de estudo que sempre tive curiosidade em estudar devido ao crescimento acelerado desta população em todo o país e no mundo. Concluí minha pesquisa sem nenhum transtorno e, deste modo, pude entender com mais clareza a dura realidade dessa população, que sofre tanto com a exclusão social.

No tópico a seguir abordaremos o cotidiano da População em situação de rua no Centro de Referências Especializado para a População em Situação de Rua. Descreveremos como é o

cotidiano de cada usuário nas ruas da cidade e no Centro POP, além dos motivos que os levaram à situação de rua e os principais desafios encontrados por eles.

#### **4.2 O cotidiano dos usuários do Centro Pop**

Como já descrito em linhas anteriores, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) é totalmente voltado para a População em Situação de Rua. O equipamento atende a jovens, adultos, idosos e famílias, tendo como obrigação oferecer um serviço voltado para pessoas em situação de rua, proporcionando também um serviço em abordagem social.

Os trabalhos sociais ofertados pelo Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) são definidos pela seguinte regulamentação:

Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; informação, comunicação defesa de direitos; referência e contrarreferência; orientação e suporte para acesso à documentação pessoal; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; articulação da rede de serviços locais; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com outros serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização de família extensa ou ampliada; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; mobilização para o exercício da cidadania; articulação com órgãos de capacitação e preparação para o trabalho; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; elaboração de relatórios e/ou prontuários. (BRASIL, 2000, p.29).

Tendo como foco principal o resgate da cidadania e dos vínculos familiares, além de assegurar atividades que possam desenvolver sociabilidade para que futuramente estas pessoas possam voltar ao convívio social sem grandes sequelas, o Centro POP, além desses serviços já citados nas linhas acima, também oferece o serviço especializado em abordagem social, onde explica à população em situação de rua os serviços que o Centro POP oferece incentivando-os a procurarem o equipamento para resolução das suas demandas.

A rotina dos usuários do Centro POP é inicialmente feita pelos educadores e monitores sociais que fazem o acolhimento. Em seguida preenchem um cadastro e um termo de compromisso com a finalidade de esclarecer ao usuário a forma correta de usarem o equipamento e serviços prestados pelo Centro.

A População em Situação de Rua (PSR) pode utilizar o espaço para sua higiene pessoal, descanso, guarda de pertences e alimentação, caso precise. Sendo que os usuários contribuem

na limpeza e organização do espaço utilizado do Centro, com o fito de educar e resgatar a autonomia do indivíduo.

A qualquer suspeita de uso de armas ou de tomada de comportamentos agressivos, bem como desrespeito no atendimento, é solicitada a presença da guarda municipal para a realização da revista e o acompanhamento no processo do atendimento. Se houver algum caso de surto psicótico, é acionado o Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) e a Secretaria Municipal de Saúde. São remanejados para lá pelos educadores sociais e pelo motorista do equipamento, que está sempre à disposição para essas eventualidades.

Após o primeiro momento do processo de atendimento, alguns usuários ficam sentados na recepção à espera dos atendimentos especializados. Para cada caso e de acordo com a demanda, são efetivados no mesmo dia ou agendados para uma outra data.

De acordo com a necessidade de cada usuário, são feitos alguns encaminhamentos, seja para os abrigos sociais, seja para os Vapt-Vupts ou para a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação. Estes, dentre outros serviços são ofertados de acordo com as demandas da PSR de acordo com a disponibilidade de vagas nas Instituições. O educador e o monitor social através de um transporte disponibilizado para estes serviços podem acompanhá-los. (CREAS POP, 2011).

Muitos usuários optam em apenas dormir pelo pátio da instituição e em fazer suas higiênes pessoais, bem como, lavar roupas e se alimentarem. Em seguida, assistem televisão numa sala pequena e suja, com apenas um ventilador quebrado, uma estante velha e desarrumada com livros amarelados e rasgados, há ainda um birô velho de madeira que eles usam para apoiar a cabeça, os usuários deitam-se pelo chão, pois são poucas as cadeiras na sala.

De acordo com Agnes Heller:

A vida cotidiana é heterogênea e hierárquica, não sendo rígida nem imutável, pois se altera de acordo com a mudança histórica. Uma das suas principais características é a sua imediatividade e pensamento manipulador - a vida cotidiana adquire uma tendência à vida funcional. (2000, p. 119).

A doutíssima autora destaca que o cotidiano está em constante mudança e sofre variações o tempo todo, seja por um contexto histórico ou mesmo por razões momentâneas. Mesmo quando o cotidiano parece ser rígido, todos os dias são diferentes e oferecem oportunidades e problemas diferentes.

Nesse mesmo contexto a autora compreende que:

[...] da heterogeneidade que comparece na vida cotidiana, da fenomenalidade que lhe é iminente resulta um tipo de saber que responde, ao nível imediato, às necessidades práticas ou ao conjunto de atividades operadas por sujeitos na produção da sua vida material e na reprodução das relações sociais constitutivas da sociedade na qual inserem-se, saber este que permite a manipulação de variáveis que estão ao seu alcance, mas não o conhecimento da lógica que movimenta uma dada situação, daí ser possível uma unidade entre pensamento e ação na cotidianidade. (HELLER, 1989:31)

Observar o cotidiano dos usuários do Centro POP foi de fato muito enriquecedor, pois como acadêmica do último semestre do Curso de Serviço Social, pude ver de perto uma realidade que até antes desconhecia, olhar de longe a população em situação de rua não dá subsídios para entender o que se passa no cotidiano deles. Ao ter uma aproximação com a realidade dos sujeitos, percebi que eles estão em busca de uma vida melhor e que estão em condição de rua involuntariamente, simplesmente porque a vida os empurrou de alguma forma.

Nas linhas do próximo tópico, abordaremos os sonhos e projetos de vida dos usuários do Centro POP, destacaremos a fala de cada um, bem como o trabalho da equipe multiprofissional na visão deles.

### **4.3 Os sonhos e projetos de vida dos usuários do Centro POP**

O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua, tem como objetivo principal promover o convívio grupal e social e desenvolver relações de solidariedade, afeto e respeito. Foi através da pesquisa de campo realizada no Centro POP que pude entender os principais motivos que levam pessoas comuns à situação de rua.

A importância do trabalho de campo mostrou em vivência com os sujeitos de rua que frequentam o Centro POP Benfica que é de grande importância a aproximação com o objeto de estudo para que se possa compreender a realidade na qual os sujeitos estão inseridos e os principais motivos que os levaram a condição de rua. Segundo José Filho, a respeito da pesquisa de campo, temos o seguinte:

O ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”. A tentativa de conhecer qualquer fenômeno constituinte dessa realidade busca uma aproximação, visto sua complexidade e dinamicidade dialética. (2006, p. 64).

A partir das declarações dos usuários e da equipe multiprofissional do Centro de Referência Especializado (Centro POP), poderemos entender com mais clareza as maiores dificuldades diante da realidade em que vive a população em situação de rua de Fortaleza. Conheceremos nos relatos de cada usuário o que mais os assombra nas ruas e quais são os seus projetos de vida.

A cada sujeito entrevistado, poderemos entender que a população em situação de rua tem sonhos e projetos de uma vida melhor. Ao entrevistá-los foi inevitável deixar de notar a tristeza no olhar deles, e ao perguntar-lhes se já haviam se acostumado com a vida nas ruas, a resposta era sempre negativa.

Na maioria dos casos, o principal fator que levaram os usuários a viver nas ruas é o uso de drogas e álcool, fazendo com que tomem uma decisão quase que forçada a sair da sua casa ou da casa de familiares. Todos os sujeitos que entrevistamos relataram que preferiram sair de casa do que prejudicar a família.

Contaram-nos que, por usarem drogas e não conseguirem se livrar do vício, acabam colocando em risco a vida de seus familiares, que se veem sem saída diante de cobranças de dívidas por parte dos traficantes e agiotas e até mesmo de ameaças de mortes. Sendo assim, em alguns casos, o sujeito toma consciência do mal que está fazendo à sua família e resolve sair de casa apenas com algumas roupas, que carregam geralmente em sacos ou mochilas, indo ao encontro das ruas.

Para que haja um maior entendimento a respeito do que leva tantas pessoas a fazerem da rua seu espaço de moradia, segundo Booti, “o álcool e as drogas fazem parte da realidade das ruas, seja como alternativa para minimizar a fome e o frio, seja com elemento de socialização entre os membros dos grupos de rua”.(BOOTI et al, p. 175).

“As drogas lícitas e ilícitas possibilitam o morador de rua fuga da realidade, além de ser uma das poucas opções de prazer que a condição de vida lhe permite”. (RAIZER; BRÊTAS, 2007; CARLINE, 2006).

De acordo com o entendimento dos autores acima, é compreensível entender que tais fatores como o álcool e as drogas levam o sujeito a viver nas ruas, mesmo que momentaneamente a uma fuga da sua realidade, só quando o efeito passa é que o indivíduo

adquire novamente a consciência da sua situação, vindo a cair novamente no vício para esquecer tal problemática.

Para que haja um melhor entendimento dos principais elementos que levam muitas pessoas a ficarem nas ruas, Silva (2006) destaca que:

Os fatores mais enfatizados pela literatura contemporânea são as rupturas dos vínculos familiares e comunitários, e inexistência de trabalho regular e a ausência ou ineficiência de renda, além do uso frequente de álcool e outras drogas e problemas atinentes às situações de desabrigo. Certo é que o fenômeno não se explica a partir de um único determinante. Entretanto, existem fatores que se destacam no conjunto dessas determinações. Podem ser fatores típicos de determinadas localidades ou épocas específicas. Mas as causas estruturais desse fenômeno vinculam-se a estrutura da sociedade capitalista, e sua produção e reprodução vinculam-se aos processos imanentes à acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, excedente a capacidade de absorção do mercado de trabalho no capitalismo (2006, p. 82).

Na mesma compreensão da autora, que destaca que os fatores que determinam a ida das pessoas às ruas são associados a uma sociedade capitalista e acumulação do capital, poderemos perceber nos relatos dos usuários que tudo se encaixa na sua percepção.

Para maior compreensão do assunto, faremos uma amostragem em forma de relatos sobre as diferentes formas de viver dos usuários do Centro POP do Bairro Benfica e em seguida da equipe multiprofissional atuante no equipamento.

O primeiro usuário que entrevistamos foi um rapaz que já citei em linhas anteriores, ao qual, para preservar a sua identidade verdadeira, o chamaremos de João. Um rapaz de 32 anos que saiu de sua casa no Pará após se separar da sua terceira companheira. O rapaz contou-me que, após discutir com a companheira, saiu de casa com poucas roupas em uma sacola plástica e sua carteira, contendo seus documentos e uma quantia em dinheiro.

Peguei carona com um conhecido que é caminhoneiro em destino a Salvador em pleno carnaval. Chegando lá, bebi muito e quando acordei percebi que estava sem a carteira. Resolvi então arriscar e peguei outras caronas até chegar aqui em Fortaleza. (João, usuário do Centro POP Benfica).

O indivíduo declarou ser alcoólatra e disse que por ser viciado em álcool já perdeu três mulheres. Com cada uma delas disse ter um filho e que sente muita saudade dos seus filhos, mas que pretende passar um tempo por aqui. Disse ainda que veio ao Centro Pop em busca de ajuda para a retirada dos seus documentos para arrumar um emprego e sair das ruas. Seu sonho é deixar o vício do álcool e formar uma família estruturada.

Outro usuário a quem entrevistei foi Alexandre, de 41 anos natural de Fortaleza. Disse-me ter o Ensino Fundamental incompleto, mas que ainda pretende estudar e concluir pelo menos o Ensino Médio. Disse que:

Resolvi sair de casa porque não consigo me livrar do vício das drogas e do álcool e, para não prejudicar a minha família e nem meus pais que já são de idade, achei melhor sair sem avisar nada a ninguém. Já moro nas ruas há cinco anos e faço bicos como pizzaiolo e auxiliar de cozinha (Alexandre, usuário do Centro Pop Benfica).

Alexandre contou-nos que precisa fazer uma cirurgia, pois quebrou o braço ao cair de uma escada, mas por ter retirado o gesso antes do tempo, o osso não regenerou-se adequadamente, estando à mostra, dentro de uma tipoia para apoiar o braço. Confessou que o seu sonho era sair das ruas e arrumar um emprego de carteira assinada como auxiliar de cozinha, casar e constituir uma boa família. Ele disse ainda que mora nas ruas porque como ele trabalha sem carteira assinada não lhe pagam o salário habitual, mas como ele precisa muito desta renda para poder se manter honestamente sem precisar fazer o que é errado, aceita a condição sem reclamar, por ter medo de perder o serviço.

A cada usuário entrevistado, me sentia perplexa com a realidade de cada um e notava que o desejo deles era apenas o mínimo para viverem como qualquer cidadão que sonha em ter uma vida feliz.

Ao conversar com Elisabeth, que já mora há muito tempo nas ruas de Fortaleza, ficamos profundamente emocionados, ela afirma ter 35 anos, mas devido ao sofrimento parecia ter muito mais, contou ainda que saiu de casa por não aguentar mais tanta briga entre seus pais e que tudo o que ela queria era um lugar para estudar e dormir, mas isso era impossível porque na sua casa todos os dias lá, eram muito complicados. Elisabeth contou em poucas palavras e com lágrimas nos olhos que:

Todos os dias eu acordava com meus pais discutindo e dizendo palavrões um com o outro, as coisas pioraram ainda mais quando o meu pai começou a bater na minha mãe, em mim e nos meus irmãos, tudo se transformou num inferno e foi então que eu e meus irmãos resolvemos sair de casa, um a um, eu fui a última e, por isso, a quem mais sofreu, minha mãe me pedia para que eu fosse embora, mas eu tinha pena de deixá-la sozinha com o meu pai, meus irmãos foram pra casa de tios e eu não tinha pra onde ir pois já era maior de idade e ninguém me queria, então fui viver nas ruas, onde conheci um rapaz e engravidei da minha primeira filha, com ele já tenho três filhos. (Elisabeth, usuária do Centro POP Benfica)

Elisabeth traz no semblante uma tristeza de não ter conseguido realizar seus sonhos de criança, mas disse que se ela não conseguir voltar a estudar quer que seus filhos estudem e sejam o que eles quiserem um dia. Ela vai todos os dias ao Centro POP em busca de alimentação

para si e para seus filhos e é muito agradecida a todos do equipamento porque conseguiram creche e escola para as suas crianças, locais nos quais são muito bem tratados.

Outro usuário que entrevistamos se chama José, ele tem 29 anos e o que chamou muito a atenção foi ver que tinha muitas cicatrizes nos braços, no rosto e na sua barriga (vi quando ele tirou a camisa, fazendo questão de me mostrar), eram cicatrizes profundas com marcas enormes por todo o corpo. José me contou que as cicatrizes foram feitas por outros sujeitos que vivem nas ruas, em briga por território, disse que:

Vivo na rua desde os quatorze anos, mas quando sinto falta da minha mãe volto em casa e passo algum tempo por lá, fico bem e minha família também fica muito feliz, mas como sou usuário de drogas acabo voltando para as ruas, porque não consigo largar o vício (José, usuário do Centro POP Benfica).

Notamos nas palavras de José um certo desconforto e muita tristeza, ele nos disse que já procurou ajuda em centros de reabilitação, mas como as portas eram abertas para os dependentes saírem na hora que quisessem, ele acabava voltando às ruas e ao vício. Ele queria uma ajuda para ir a um local fechado, pois desta forma ele não teria mais a opção de voltar ao vício que o estava matando aos poucos.

No Centro POP Benfica entrevistamos ainda um senhor, ao qual chamaremos Raimundo, que contou-nos ter perdido as esperanças após a morte de seus pais. Depois do ocorrido, entrou em depressão e foi levado por sua irmã mais velha para morar com ela e seu cunhado, depois de ficar bom, começou a procurar emprego, sem sucesso, começou a fazer bicos em restaurantes à noite, mas o que ganhava era tão pouco que mal dava para as suas necessidades básicas, começou a ouvir piadas de seu cunhado todos os dias, sendo ofendido com palavras como “vagabundo”, certo dia levantou, tomou banho e despediu-se da sua irmã, dizendo-lhe:

Maria, arrumei um emprego para ser caseiro em uma casa perto de Morro Branco, muito obrigado por tudo! Depois saí e fui viver nas ruas, pois eu não tinha como pagar um aluguel, isso já faz dois anos, mas se Deus quiser eu vou sair dessa ainda (Raimundo, usuário do Centro POP).

O senhor Raimundo nos falou ainda sobre seu maior sonho, ter um restaurante, pois disse que cozinha muito bem. Ele falou que quer voltar a estudar e, se Deus quiser, vai encontrar uma boa mulher com quem vai se casar e ter seus filhos. Disse ainda que viver nas ruas não é nada fácil, e que o pior de tudo é não ter um teto e uma cama confortável.

Percebemos nas entrevistas, que os usuários têm sonhos bem semelhantes a qualquer cidadão comum, o sonho de ter um lar, um trabalho e constituir uma família. O fato de estar

nas ruas não impossibilita as pessoas sonharem com uma vida digna, sem ter seus direitos de cidadão violados, poder se reestruturar na vida e voltar de cabeça erguida ao seio de suas famílias.

Todos os usuários entrevistados no Centro POP Benfica recebem o benefício Bolsa Família. Além desse benefício, os atendidos também são cadastrados no benefício de Locação Social e no programa Minha Casa Minha Vida. Os cursos do Projeto Novos Caminhos também são bastante procurados, pois geram muitas vantagens para quem tem boa assiduidade, como ajuda de custo e mais chances de receberem uma moradia pelo Minha Casa Minha Vida.

O Centro POP foi criado com a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas ao fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares para a construção de novos projetos de vida. Desempenha, portanto, um importante papel na Política de Assistência Social.

O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua constitui-se em uma unidade de referência da Proteção Social Especial de média complexidade, de caráter público-estatal com papel importante no alcance dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua. As ações desenvolvidas pelo Centro POP e pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua devem integrar-se às demais ações da Política de Assistência Social dos órgãos de defesa de direitos e das demais Políticas Públicas – saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional – de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades desta população, visando à construção de novas trajetórias de vida. (BRASIL, 2011).

Tanta importância e responsabilidade destinadas a esse equipamento só são possíveis por conta da equipe multiprofissional que lá trabalha. Porém, são nítidos os desafios enfrentados pelos profissionais na realização do trabalho com a população em situação de rua, seja pelas dificuldades e falta de material adequado para as atividades ofertadas, seja pelo impacto que este trabalho causa nos colaboradores.

Ao iniciar as entrevistas com os profissionais do Centro POP, conversei a princípio com a psicóloga, que relatou que trabalha lá há dois anos e que seu contrato já está acabando. Os profissionais do equipamento são contratados através de concurso público da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Ao perguntar-lhe sobre seu trabalho e se ela estava satisfeita em trabalhar com a PSR, ela respondeu que, ultimamente, não estava satisfeita porque os usuários não recebiam o que realmente precisavam, que era mais atenção por parte do governo e da prefeitura, e que lá

faltava tudo, até o básico para as oficinas de desenho, como lápis, borracha, caderno, tintas e outros materiais. Ela falou também que muitos usuários pareciam viver numa inércia constante, sem interesse em fazer uma atividade ou mesmo buscar ajuda para conseguir algum benefício, pareciam ir até lá apenas para conseguirem o que comer. Ela confessou que não pretendia mais trabalhar com esse público, pois muitos fatos tristes que aconteceram ali a deixaram muito emocionada.

Não pretendo continuar trabalhando com esse público. Ver tantas pessoas à mercê de ajuda e de políticas públicas que não saem do papel me entristece. E saber que não posso fazer nada para ajudá-los me causa frustração. (Psicóloga do Centro POP Benfica)

Em outro momento entrevistamos uma educadora social do equipamento, que afirmou que trabalha lá há um ano e que assim que terminar o contrato dela também vai mudar para um outro tipo de trabalho, pois não aguenta ver tanto sofrimento e não poder fazer nada. Ela ainda disse que:

Todos os dias chego aqui para trabalhar com entusiasmo, mas quando vejo que nada muda, que falta alimentação para alguns usuários, me sinto angustiada e impotente, pois não posso fazer nada mais para ajudá-los. Às vezes saio de perto para não ver alguns usuários pedindo um pouco de comida aos outros (Educadora Social do Centro POP Benfica).

Ao entrevistar o advogado da instituição, ele também falou que ainda há muito o que se fazer para a efetivação dos direitos da PSR e que faz sempre o máximo que pode por cada um dos que o procuram, disse gostar do seu trabalho e se empenha ao máximo para trazer mais dignidade à PSR.

Na entrevista com a coordenadora, que já está à frente do trabalho com a PSR a cinco anos, ela contou que trabalhava com esse público porque gosta e faz tudo para trazer melhorias para os usuários. Disse que é muito difícil a realidade dura em que eles estão inseridos e que muitos fatos que ela presenciou ali no equipamento marcaram sua vida. Um caso marcante foi o de uma jovem que, por ser usuária de drogas e sem ter dinheiro para comprar crack, foi a um ponto de venda de drogas onde os traficantes disseram que trocariam a droga por sexo, e ela aceitou sem pensar duas vezes para conseguir a droga, a coordenadora me contou em detalhes o que fizeram com a jovem:

Ela foi estuprada por tantos homens que ficou fisicamente comprometida e ensanguentada. Chegou ao Centro POP do centro sem poder nem andar direito, precisando da ajuda de outras pessoas, foi então acionada a ambulância para levá-la ao IJF, onde teve que fazer uma cirurgia. (Coordenadora do Centro POP Benfica)

Conversando com a Coordenadora, percebemos o sentimento de compaixão e amor pelos usuários, assim como, por parte de todos os outros profissionais. Pude compreender que,

para se trabalhar com esse público, é preciso muito mais que apenas profissionalismo, é preciso um senso aguçado e profundo de altruísmo.

De acordo com os profissionais entrevistados, muito ainda deve ser feito para que o Centro POP possa, de fato, executar bem os serviços pelos quais fora criado. Apesar de ser uma conquista da PSR e servir como apoio para estes usuários, falta estrutura física adequada e melhores condições para a devida efetivação dos direitos dessa população em situação de rua. Falta interesse do Poder Público em efetivar os projetos voltados para a PSR.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa, resta um sentimento de dever cumprido. Pude perceber que a vida nas ruas não é fácil e que vários são os motivos que levam várias pessoas a viver nestas condições de extrema pobreza, que o drama social de viver nas ruas é um fator que existe em toda parte do Brasil e do mundo. Por fim, vi com maior clareza que em razão da pressão social e da falta de comprometimento do poder público com essa população o problema tende a se agravar cada vez mais.

Apesar de ter entendido que o estado tem políticas públicas para este segmento populacional, é necessário que elas saiam com maior efetividade do papel. Um dos caminhos melhor para compreender a população em situação de rua é promover altruísmo, para que se entenda que eles são, antes de qualquer rótulo, pessoas como nós, que sofrem com seus variados problemas emocionais, e que a exclusão social não vai ajudá-los em nada, só vai fazer com que eles se escondam em uma parede invisível que precisa urgentemente ser quebrada.

A atuação do Centro POP é de grande relevância para a população de rua, apesar de que muito ainda precisa ser melhorado em relação aos atendimentos, não nota-se lá um empenho adequado em relação aos usuários, percebe-se nos profissionais um atendimento mecânico e engessado. Concluindo, precisam de treinamentos de capacitação para a realização de um trabalho mais comprometido com a PSR. Falta atendimento odontológico e de primeiros socorros nas unidades para que os usuários não precisem se deslocar para outros lugares, há usuários jovens e desdentados, talvez pelo uso de drogas ou até mesmo só por falta de escovação, há lentidão nos atendimentos, ressaltando o descaso que há com alguns usuários.

Viver em um mundo capitalista é muito triste e desafiador. As pessoas que estão fora do mercado de trabalho sofrem com as consequências, perdem famílias, entram na drogadição e no alcoolismo, sucumbem em estado de depressão e perdem a noção de valores fundamentais para um ser humano viver com dignidade, chegam ao limite e vão para as ruas, perdem a vontade de viver e de se enquadrar nos padrões sociais. A população em situação de rua se torna cada vez mais alvo de violências, por falta de respeito à condição em que vivem, sendo espancadas por policiais só porque estão pedindo ajuda, uma cena relativamente comum nos terminais de ônibus da capital cearense, uma situação lastimável. Vivemos em uma sociedade que não respeita as diferenças.

Nesta pesquisa de campo houve uma aproximação com os sujeitos e junto a eles uma melhor compreensão da questão que os envolvem, também houve uma aproximação com os profissionais do Centro POP e a percepção de um pouco do seu trabalho em relação à efetivação dos direitos da população em situação de rua. Entendemos que o Estado e a Assistência Social têm um conjunto de ações direcionadas a esta parcela da população e que já existem muitas leis que amparam estas pessoas, só precisam serem mais eficientemente e transformadas em realidade e a população em situação de rua precisa ser mais articulada para que possam cobrar do poder público medidas mais urgentes.

Com esta pesquisa pode-se observar que na PSR residem sonhos e vontade de ter uma vida mais digna e que o preconceito por parte da sociedade é um grande desafio para eles, ser excluído e rotulado só porque moram nas ruas os enfraquecem, mas não roubam deles os seus sonhos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Brasília: 2005.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). **Cartilha da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República**. Brasília: 2013. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/pedh/wp-content/uploads/2014/02/CARTILHA-DIREITOS-HUMANOS-2013-completo.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. **Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC)**. Brasília: 2017. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/beneficio-assistencial-bpc-loas/>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério dos Direitos Humanos. **Décima Segunda Conferência de Direitos Humanos reitera a importância de coibir a violência e promover a reintegração social da população de rua**. Brasília: 2016. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/sdh/noticias/2016/maio/12a-conferencia-de-direitos-humanos-reitera-a-importancia-de-coibir-a-violencia-e-promover-a-reintegracao-social-da-populacao-de-rua>>. Acesso em: 14/03/2017.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR). Brasília: 2009.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da População dos Municípios e Unidades da Federação Brasileiros com Data de Referência em 1º de julho de 2016**. Brasília: 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000027094608112016465930547699.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Brasília: 1990. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm)>. Acesso em: 07 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Brasília: 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)>. Acesso em: 17 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Nº 11.258/05, de 30 de dezembro de 2005**. Brasília: 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11258.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11258.htm)>. Acesso em: 18 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei N° 13.341, de 29 de setembro de 2016**. Brasília: 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13341.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13341.htm)>. Acesso em 18 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília: 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm)>. Acesso em: 07 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília: 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm)>. Acesso em: 07 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP**. Volume 1, 2 e 3. Brasília: 2009.

\_\_\_\_\_. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa estima que o Brasil tem 101 mil moradores de rua**. Brasília: 2017. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29303&catid=10&Itemid=9](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303&catid=10&Itemid=9)>. Acesso em 20/03/2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: 2014. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446\\_11\\_11\\_2014.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Política Nacional para Inclusão Social da população em situação de rua**. Brasília: 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Conselho Nacional de Assistência Social: **Portaria 269-2006**. Brasília: 2006.

\_\_\_\_\_. O caminho do reconhecimento dos direitos da população em situação de rua: de indivíduo à população. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua – Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua**. Brasília: 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília: 2000.

BOTTI, N. C. L. et al. **Condições de saúde da população de rua da cidade de Belo Horizonte**. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, v.1, n. 2, p. 162-176. Florianópolis: 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Bestializados: O rio de janeiro e a república que não foi (os)**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CEARÁ. **Lei Nº 16.126, de 16/10/2016**. Fortaleza: 2016. Disponível em: <[http://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-16126-2016-ce\\_330093.html](http://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-16126-2016-ce_330093.html)>. Acesso em: 07 abr. 2018.

COSTA, Ana Paula Motta. **População em situação de Rua**. In: Textos & contextos, nº 4. Porto Alegre: 2005.

FORTALEZA. **Lei Nº 10.328, de 20 de abril 2015**. Fortaleza: 2015. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ce/f/fortaleza/lei-ordinaria/2015/1033/10328/lei-ordinaria-n-10328-2015-redefine-o-programa-locacao-social-no-ambito-do-municipio-de-fortaleza-e-das-outras-providencias?q=10328>>. Acesso em 07/04/2018.

FORTALEZA. Secretaria de Desenvolvimento Social. **População em situação de rua**. Fortaleza: 2016. Disponível em: <<https://desenvolvimentosocial.fortaleza.ce.gov.br/menu-programas/programa-iii>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

FRANGELLA, S. M. **Corpos Urbanos errantes**: Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2009.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3. 1995.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000

IAMAMOTO, M e CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

JOSÉ FILHO, Mário; DALBÉRIO, Osvaldo. (Org.). **Desafios da pesquisa**. Franca: Ed. UNESP, 2006.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARICATO, E. **Exclusão social e reforma urbana**. Propostas, Rio de Janeiro, n.62, set. 1994.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Direitos do Morador de Rua**: Um guia na luta pela dignidade e cidadania. Minas Gerais, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 2. Ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco 1993.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise, 8.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

**APÊNDICE A - Roteiro de entrevista (Usuários do Centro Pop)**

Nome:

Idade:

Naturalidade:

Grau de Instrução:

1. O que te levou a ficar em situação de rua?
2. Quanto tempo faz que você mora nas ruas?
3. Você ainda mantém contato com os seus familiares?
4. Como você faz para sobreviver nas ruas?
5. Você recebe algum benefício do governo?
6. Quais as suas expectativas em relação ao futuro?
7. Qual o seu maior sonho?
8. Qual a importância do Centro Pop pra você?

**APÊNDICE B - Roteiro de entrevista para a equipe (Profissionais do Centro pop)**

Nome:

Função:

1. Qual a sua opinião sobre as políticas públicas existentes para esse segmento populacional?
2. A quanto tempo você trabalha com esse público?
3. Quais as demandas mais frequentes?
4. Descreva o seu cotidiano aqui no Centro POP.
5. Quais as maiores dificuldades para o desempenho do seu trabalho?
6. Houve algum fato marcante para você? Descreva.
7. Quais as melhorias que precisam ser feitas de imediato aqui no equipamento?
8. Como você vê a população em situação de rua?

**ANEXO A – Ofício Para a Entrada em Campo**

À Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e Combate à Fome - SETRA

Nesta,

Ao, Dr. Elpídio Nogueira Moreira.

Venho por meio deste, solicitar uma autorização para que a estudante do Curso de Serviço Social, Sandra Helena Carneiro Barroso portadora de RG N°xxxxxxxxxxx, desenvolva uma Pesquisa de Campo no Centro POP, para a coleta de dados de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) cujo título provisório é: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA X SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E O PAPEL DO CENTRO POP EM FORTALEZA-CE NA INCLUSÃO SOCIAL. A referida pesquisa tem como objetivos: Compreender o crescimento acelerado desse seguimento populacional “População em Situação de Rua” (PSR) no Brasil e, especificamente, na cidade de Fortaleza-CE, com base nos sujeitos atendidos no Centro POP. O mesmo estudo também busca identificar o papel do Centro POP na inclusão social, buscando ainda compreender como funciona a rede de proteção do Estado na política de assistência social para pessoas em situação de rua. E ainda também conhecer o trabalho desenvolvido pela equipe multiprofissional do Centro POP.

Fortaleza, 01 de março, de 2018.

Cordialmente,

---

Profª Virzângela Paula Sandy Menezes.  
orientadora

**ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulado(a) População em Situação de Rua X Sociedade Contemporânea e o Papel do Centro Pop em Fortaleza-Ce na Inclusão Social. Desenvolvida por Sandra Helena Carneiro Barroso.

Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Virzângela Paula Sandy Menezes, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) xxxx-xxxx. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é Compreender o crescimento acelerado desse seguimento populacional “População em Situação de Rua” (PSR) no Brasil e, especificamente, na cidade de Fortaleza-CE. Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(sua) orientador(a). Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do(a) participante:

\_\_\_\_\_

Assinatura do(a) pesquisador(a):

\_\_\_\_\_

Assinatura do(a) testemunha(a):

\_\_\_\_\_